



**CÂMARA DOS DEPUTADOS**  
**Gabinete do Deputado Federal Delegado Paulo Bilynskyj**  
**Praça dos Três Poderes, Câmara dos Deputados, Anexo IV, Gabinete 509**  
**70160-900 – Brasília-DF**

**REQUERIMENTO N° , DE 2025**  
**(Dos Srs. SANDERSON e DELEGADO PAULO BILYNSKYJ)**

Apresentação: 27/05/2025 11:02:33.187 - CSPCCO

REQ n.151/2025

Requer a realização de seminário com representantes dos setores econômicos mais afetados pelo contrabando e mercado ilegal, com a finalidade de subsidiar os trabalhos da Subcomissão Especial destinada a discutir e propor medidas contra o financiamento do crime organizado no Brasil - SUBFIN.

Senhor Presidente,

Requeiro a V. Ex<sup>a</sup>., nos termos do art. 24, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, a realização de **SEMINÁRIO**, no âmbito da Subcomissão Especial destinada a discutir e propor medidas contra o financiamento do crime organizado no Brasil - SUBFIN, para ouvir representantes dos setores produtivos mais impactados pelas práticas ilegais de contrabando, falsificação, pirataria e sonegação fiscal, com vistas a contribuir para a formulação de políticas públicas de enfrentamento ao mercado ilegal e ao crime organizado.

Nestes termos, indico os seguintes convidados:

1. Ministro da Justiça e Segurança Pública, o Sr. Ricardo Lewandowski;
2. Diretor-Geral da Polícia Federal, o Sr. Andrei Torres;
3. Diretor-Geral da Polícia Rodoviária Federal, o Sr. Antônio Fernando Oliveira;
4. Diretor da Associação Brasileira de Combate à Falsificação (ABCF), o Sr. João Carlos Sanches Abraços;



\* C D 2 5 7 6 4 9 8 5 4 0 0 \*



**CÂMARA DOS DEPUTADOS**  
**Gabinete do Deputado Federal Delegado Paulo Bilynskyj**  
**Praça dos Três Poderes, Câmara dos Deputados, Anexo IV, Gabinete 509**  
**70160-900 – Brasília-DF**

Apresentação: 27/05/2025 11:02:33.187 - CSPCCO

REQ n.151/2025

5. Presidente Executivo do Fórum Nacional Contra a Pirataria e a Ilegalidade (FNCP), o Sr. Edson Vismona;
6. Secretário de Segurança Pública do Distrito Federal e Presidente do Conselho Nacional dos Secretários de Segurança Pública (CONSESP), o Sr. Sandro Avelar.
7. Presidente da Associação Brasileira de Bebidas Destiladas (ABBD), o Sr. Eduardo Cidade;
8. Presidente do Sindicato Nacional da Indústria da Cerveja (Sindicerv), o Sr. Marcio Maciel;
9. Presidente do Instituto Combustível Legal (ICL), o Sr. Emerson Kapaz;
10. Diretor-executivo do Sindicato Nacional das Empresas Distribuidoras de Combustíveis e Lubrificantes (Sindicom), o Sr. Mozart Rodrigues Filho;
11. Especialista em Segurança Pública e em combate ao crime organizado, representando o Grupo Ultra;
12. Presidente da Associação Brasileira da Indústria do Fumo (Abifumo), o Sr. Edimilson Alves;
13. Presidente da Associação Brasileira das Indústrias de Química Fina, Biotecnologia e suas Especialidades (ABIFINA), o Sr. Odilon José da Costa Filho;
14. Presidente Executivo da Associação Brasileira de Televisão por Assinatura (ABTA), o Sr. Oscar Vicente Simões de Oliveira;
15. Especialista em Segurança Pública e crimes Transnacionais, o Sr. Juan Carlos Buitrago Arias;
16. Presidente Executivo da Associação Brasileira de Indústria Elétrica e Eletrônica (Abinee), o Sr. Humberto Barbatto; e
17. Diretor Presidente da CropLife Brasil, o Sr. Eduardo Leão.

**JUSTIFICAÇÃO**





**CÂMARA DOS DEPUTADOS**  
**Gabinete do Deputado Federal Delegado Paulo Bilynskyj**  
**Praça dos Três Poderes, Câmara dos Deputados, Anexo IV, Gabinete 509**  
**70160-900 – Brasília-DF**

Apresentação: 27/05/2025 11:02:33.187 - CSPCCO

REQ n.151/2025

A economia formal desempenha papel essencial no desenvolvimento socioeconômico do país. É por meio dela que se dá a geração de empregos formais, a arrecadação tributária e o financiamento de políticas públicas fundamentais nas áreas da saúde, segurança, educação e infraestrutura. Nesse contexto, a preservação de um ambiente concorrencial saudável e a integridade das cadeias produtivas são pressupostos básicos para o crescimento sustentável, a distribuição de riquezas e a estabilidade institucional.

Na contramão desses benefícios, o mercado ilegal — que inclui contrabando, pirataria, falsificação e evasão fiscal — representa uma ameaça concreta ao Estado, ao setor produtivo e à sociedade. Segundo o Anuário da Falsificação 2025, elaborado pela Associação Brasileira de Combate à Falsificação (ABCF), o Brasil acumulou prejuízo de R\$ 471 bilhões apenas no último ano, um aumento de 27% em relação a 2023. Em dólar, o salto foi de 34%, totalizando US\$ 83 bilhões em perdas, considerando a desvalorização cambial.

Os setores mais prejudicados foram os de bebidas alcoólicas, combustíveis, defensivos agrícolas, medicamentos, eletrônicos, cigarros, autopeças, telecomunicações, vestuário e material esportivo, cosméticos entre outros. O impacto vai além das perdas financeiras: afeta diretamente o emprego formal e precariza as condições de trabalho, uma vez que o mercado informal não oferece garantias, direitos ou benefícios ao trabalhador.

A ilegalidade também compromete a segurança pública, pois a maioria dessas atividades é controlada ou explorada por organizações criminosas que se financiam por meio da movimentação de produtos ilegais. Ou seja, combater o mercado ilegal é também combater o financiamento do crime organizado.

Além disso, os danos se estendem à saúde pública (como nos casos de medicamentos, cosméticos ou alimentos sem procedência), à segurança digital (pirataria de softwares, fraudes eletrônicas) e à proteção dos direitos do consumidor. A subprodução nas indústrias afetadas, causada pela concorrência desleal, acarreta queda





**CÂMARA DOS DEPUTADOS**  
**Gabinete do Deputado Federal Delegado Paulo Bilynskyj**  
**Praça dos Três Poderes, Câmara dos Deputados, Anexo IV, Gabinete 509**  
**70160-900 – Brasília-DF**

na arrecadação e fechamento de postos de trabalho — com efeitos em cascata sobre toda a economia.

Diante desse cenário alarmante, a realização desta audiência pública é fundamental para que a Subcomissão Especial possa ouvir diretamente os setores mais afetados, compreender a extensão dos impactos econômicos e sociais do mercado ilegal, e debater propostas concretas para o fortalecimento das instituições públicas e da segurança econômica do país.

É necessário, portanto, que esta Comissão autorize a realização de Seminário destinado a discutir o relevante tema.

Sala das Comissões, em 27 de maio de 2025.

**Deputado SANDERSON**  
**(PL-RS)**

**Deputado DELEGADO PAULO BILYNSKYJ**  
**(PL-SP)**



Para verificar as assinaturas, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD257649895400>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Sanderson e outros



\* C D 2 5 7 6 4 9 8 9 5 4 0 0 \*



# Requerimento de Audiência Pública

## Deputado(s)

- 1 Dep. Sanderson (PL/RS)
- 2 Dep. Delegado Paulo Bilynskyj (PL/SP)

